



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

REQUERIMENTO Nº 361/25

CONSIDERANDO que, na Administração Pública, diante da urgência na continuidade de serviços públicos essenciais, tais como transporte, limpeza, saúde, segurança entre outros, a legislação permite ao gestor a formalização de contratos emergenciais, dispensando o processo licitatório apenas quando comprovadas a urgência e o interesse público;

CONSIDERANDO a importância da fiscalização e da transparência nos processos de substituição de empresas contratadas pela Prefeitura, especialmente quando envolvem recursos públicos e impactam diretamente o atendimento aos servidores municipais;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Legislativo fiscalizar rigorosamente tais processos, assegurando que a Administração Pública atue com legalidade, eficiência e zelo pelo interesse coletivo; e

CONSIDERANDO, ainda, que o exercício da medicina do trabalho enquanto especialidade voltada à saúde ocupacional dos servidores públicos exige que os médicos responsáveis possuam a devida capacitação e registro da especialidade para a emissão de atestados médicos e a prescrição de tratamentos relacionados à saúde ocupacional.

Diante do exposto, **REQUEIRO** à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, que se oficie ao **Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal**, para que nos informe o seguinte:

- Quais critérios técnicos, administrativos e legais foram utilizados para a contratação emergencial da atual empresa responsável pelos serviços de medicina do trabalho e saúde ocupacional dos servidores públicos municipais?
- A Prefeitura poderia encaminhar a esta Casa de Leis a relação completa dos médicos vinculados à empresa contratada, constando nome completo, especialidade de cada profissional, resguardadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018)?
- A Prefeitura tem conhecimento de eventuais atendimentos realizados por médicos sem a devida capacitação ou sem especialidade registrada? Em caso afirmativo, quais providências estão sendo adotadas para assegurar que apenas profissionais habilitados, com especialidade reconhecida, realizem consultas, emitam atestados e prescrições médicas aos servidores municipais?
- Há previsão de abertura de novo processo licitatório para a contratação definitiva dos serviços de medicina do trabalho e saúde ocupacional? Em caso afirmativo, qual o prazo estimado para sua conclusão?

Lucélia Mattide Ferrari
(Lú Ferrari)
Vereadora

Daniel Moreira e Souza
(Daniel da Farmácia)
Vereador

Plenário "Pedro Augusto Rangel", em 30 de outubro de 2025.

APROVADO
SESSÃO ORDINÁRIA
SIS 30/10/2025

Presidente

ROGERIO DE LIMA

Vereador

Pr. Dr. Luiz Carlos dos Santos
Vereador

Luciano Santos da Costa
(Prof. Luciano da Camps)
1º Secretário

Ronildo Furquim de Camargo
(Ronildo Camargo)
2º Secretário

Roberto Henrique da Oliveira Fran
(Roberto França)
Vereador